

CRISE

Demissão nos frigoríficos chega a 820 funcionários em MS

Além do Beef Nobre na Capital, unidades de Caarapó e Iguatemi também reduzem pessoal

DANIELLA ARRUDA

Em crise, alegando dificuldades financeiras e contenção de despesas, pelo menos três frigoríficos de Mato Grosso do Sul estão dispensando de seus quadros 820 trabalhadores neste mês, segundo apurado pelo **Correio do Estado** com sindicatos do setor. Além do Beef Nobre, em Campo Grande – que está sob risco de fechar as portas e já demitiu 100 funcionários, dando aviso prévio para outros 300 –, também estão com os dias contados no serviço operários dos frigoríficos Fribrasil, em Caarapó, e Agroindustrial, em Iguatemi.

“A maioria das unidades está reduzindo pessoal. É uma crise, os frigoríficos alegam que precisam reduzir custos”, afirma uma fonte do Sindicato Intermunicipal dos Empregados Vinculados nas Indústrias de Fabricação de Massas Alimentícias, Biscoitos, Macarrão, Panificação, Confeitaria, Laticínios, Frigoríficos Abatedores de Bovinos, Suínos, Alevinos, Aves, Carnes e Produtos Derivados do Estado de MS (Sindimassa-MS).

Entre as plantas frigoríficas que já confirmaram demissões, os trabalhadores de Caarapó serão os mais impactados – serão, pelo menos, 300 funcionários a fazer contrato de rescisão no Fribrasil, na segunda-feira (30). “Ali, a unidade será fechada para abate, ficando em funcionamento apenas o setor administrativo”, informou a mesma fonte. A unidade, que abatia até 500 bovinos por dia, está sendo fechada por conta de sucessivos prejuízos registrados nos últimos meses pela companhia, que está em processo de recuperação judicial desde 2011. A reportagem entrou em contato com a unidade do Fribrasil em Caarapó e por telefone e foi informada de que nenhuma declaração seria repassada à imprensa sobre o fechamento. Porém, informações extraoficiais repassadas por funcionários dão conta de que o frigorífico suspenderá as

atividades, no município, no dia 31.

No Agroindustrial Iguatemi, 50 dos 300 funcionários foram demitidos, segundo informação repassada pelo gerente da unidade, Marcelo Picinato. “O setor frigorífico está passando por crise, a competitividade entre as pequenas e as grandes empresas do setor é uma vergonha e há dificuldade de compra de gado no momento. Temos os custos de energia, que subiram, impostos; aqui, em Mato Grosso do Sul, pagamos 5% de impostos, enquanto no Paraná e em São Paulo a alíquota é zero. Diminuímos nossa produção [com capacidade para abate e desossa de 12 mil cabeças por mês, o frigorífico está abatendo e desossando 6,5 mil cabeças/mês] e, como trabalhamos com pés no chão, com recursos próprios e pagamento à vista, fizemos o enjugamento do quadro por precaução, para apertar o cinto e poder atravessar esse momento de crise”, justificou.

Já no frigorífico Frizelo, em Terenos, distante 33 quilômetros de Campo Grande, foram confirmadas 70 demissões pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins de Campo Grande e Região (STIAA/CG) neste mês, segundo o presidente da entidade, Rinaldo Salomão. A reportagem entrou em contato com a unidade para que a empresa se manifestasse sobre a dispensa dos funcionários, mas o responsável estava viajando e não foi localizado.

Outra leva de 30 demissões, desta vez no Naturafri de Rochedo, foi negada pelo setor

1.100

REAIS
É o salário-base do trabalhador nas indústrias frigoríficas de MS, segundo informação do Sindimassa-MS



Saiba

Minerva deu férias coletivas até dia 31

Em Batayporã, 693 funcionários da unidade do Frigorífico Minerva estão em férias coletivas até dia 31 deste mês. A suspensão da produção durante o mês de março teria ocorrido por causa dos preços pouco atraentes da carne no mercado de exportação, além da alta na arroba do boi, inviabilizando os abates na unidade frigorífica

administrativo do frigorífico. “Não estão ocorrendo dispensas, apenas não estamos contratando novos funcionários para as vagas abertas em caso de demissão. É claro que a crise se instala no ramo frigorífico, assim como em toda a indústria, levando à adequação dos custos; mas não existe demissão, tampouco se cogitou essa possibilidade e a nossa produção se mantém em 500 a 600 cabeças abatidas por dia”, informou o frigorífico, que emprega, atualmente, 500 pessoas.

CAPITAL

Instalado no Jardim Carioca, em Campo Grande, o frigorífico Beef Nobre vai fechar as portas. Ao menos 400 empregados assinaram aviso prévio na segunda-feira (23) e foram advertidos que a unidade interrompe as atividades no dia 14 de abril. A gerência do Beef Nobre negou com veemência a notícia. Contudo, a interrupção das atividades foi confirmada pelos trabalhadores demitidos e pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Mato Grosso do Sul. Até anteontem, cerca de 100 empregados haviam sido demitidos, muitos deles recém-chegados das férias.



VALDENIR REZENDE/ARQUIVO

CONTENÇÃO. Frigoríficos alegam dificuldades, com alto custo da energia, e estão contendo despesas

Situação de crise é temporária, alega sindicato dos trabalhadores

Apesar de causar impacto num primeiro momento, sindicalistas ouvidos pela reportagem garantem que a situação de desemprego é temporária e os trabalhadores são rapidamente absorvidos por plantas frigoríficas de outros municípios. “Trabalhador de frigorífico não fica parado. O lado bom é que sempre acha vaga, mas o ruim é que ele é obrigado a deixar toda a família, que já estava estruturada num lugar, para ir para outra localidade, atrás de emprego”, resume a fonte do Sindimassa-MS. No entanto, a concentração das dispensas de pessoal entre janeiro e abril coincide com o período considerado mais crítico para a indústria em geral – e com a frigorífica não é diferente –, agravado pela falta de ajuste das medidas do governo e ainda a proximidade de nego-

ciação da data-base salarial, transformando este início de 2015 numa época bastante difícil para o trabalhador do segmento frigorífico se recolocar no mercado.

“Toda época é assim. Vem o tempo de chuva, o gado não consegue chegar à planta frigorífica e aumentam os custos com transporte, com energia. Os grandes frigoríficos compram à vista dos fazendeiros, que, então, deixam de vender para as pequenas unidades, que pedem prazo de 15 dias para pagamento. Nesse caso, os menores começam a adequar suas plantas, dispensar os funcionários, é uma rotina, acontece a rotatividade. Junta a tudo isso a data-base para reajuste salarial do funcionário e as empresas vendem a ideia que ‘estão mal das pernas’ para poder negociar o índice de reajuste”, explica

o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Campo Grande e Região, Rinaldo Salomão.

No entanto, ele reconhece que neste ano o mercado de trabalho será de maior dificuldade para o trabalhador de frigorífico, por causa das incertezas econômicas. “A gente não acredita em fechamento de mais unidades no Estado, até porque muitas empresas pegaram grandes incentivos do governo do Estado, teriam muito a perder saindo daqui. Mas, quando há troca de governo [federal], há muita dificuldade até acontecer entendimento. Se há mudança de regras, como em tributos, por exemplo, é descontado na corda mais fraca, que é o trabalhador”, concluiu. **(DA)**

ENERSUL

Câmara deve ouvir Aneel e CVM sobre mensalão

CLODALDO SILVA
DE BRASÍLIA

O deputado federal Elizeu Dionizio (Solidariedade-MS) solicitou, ontem, que a Câmara dos Deputados convoque Romeu Rufino, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e Leonardo Gomes Pereira, presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para explicarem o que fizeram para investigar o mensalão na Enersul (Empresa Energética de Mato Grosso do Sul) – que lesou em torno de R\$ 700 milhões consumidores e acionistas –, bem como a apuração de contas

‘secretas’ em paraísos fiscais. O parlamentar fundamentou seu pedido em matéria do **Correio do Estado**, do dia 18 deste mês, na qual apontou que a empresa energética, quando administrada pelo Grupo Rede, desviou R\$ 700 milhões e pagou mensalão a 35 pessoas e empresas, com valores individuais que variavam entre R\$ 800 mil e R\$ 2 milhões. A constatação foi da auditoria da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão o qual fiscaliza as transações que envolvem ações comercializadas na Bolsa de Valores.

O deputado também quer explicações sobre o que foi fei-



DIVULGAÇÃO

PEDIDO. Deputado federal Elizeu Dionizio solicitou convocação

to, até o momento, em relação às denúncias da existência de contas em paraísos fiscais, es-

pecificamente uma aberta no Banco JP Morgan em Nova Iorque, que teria recebido recursos desviados da Enersul na ordem de R\$ 37 milhões.

“Temos de saber quais procedimentos foram adotados por estes dois órgãos públicos. Um responsável pela regulação do setor elétrico e o outro pelas empresas que negociam ações no mercado. Não dá para acreditar que, por mais de três anos, o Grupo Rede causou prejuízos aos acionistas e consumidores sem que nada fosse feito. O problema é mais grave ainda porque houve contratos superfaturados com empresas dos próprios donos do

Grupo Rede, desrespeito às leis que regem as sociedades por ações, e muitas outras irregularidades, como um mensalão. É necessário que a sociedade receba alguma explicação, pois não podemos esquecer que todos os prejuízos são incluídos no reajuste da tarifa, que quem paga é o consumidor”, enfatizou o parlamentar sul-mato-grossense.

Dionizio protocolou os pedidos de convocação nas comissões de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) e na de Finanças e Tributação (CFT) – das quais é integrante –, colegiados responsáveis pelo acompanhamento de

atos da gestão pública na área financeira e econômica, porque a Aneel e a CVM são órgãos públicos.

A Agência é responsável pela fiscalização e regulação do setor elétrico. A CVM é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, responsável por regulamentar, desenvolver, controlar e fiscalizar o mercado de valores mobiliários do País. Para tanto, exerce as funções de proteger os titulares de valores mobiliários; evitar ou coibir fraude ou manipulação no mercado; assegurar o acesso do público a informações sobre valores mobiliários negociados e sobre as companhias que os tenham emitido, entre outras atribuições.